

LEITURA E PRODUÇÃO DE TEXTOS NO 2º GRAU

Elenor J. Schneider¹
Olívio Lopes Vicentini²

RESUMO

Este artigo é resultado de um trabalho de extensão junto aos professores de Língua Portuguesa da região de abrangência da Universidade de Santa Cruz do Sul. Constatando uma deficiência continuada nas redações de vestibular, resolvemos estabelecer um diálogo com os professores de 2º grau, a fim de analisar o problema e vislumbrar saídas através da discussão e construção de propostas de leitura e produção de textos capazes de contribuir para o estabelecimento de novo quadro para essa realidade.

Palavras-chave: Interação universidade/escola, leitura e produção textual, redação no vestibular.

ABSTRACT

This article is the result of a project of academic extension issued with the teachers of Portuguese along the region of the University of Santa Cruz do Sul. Having verified a continued deficiency on the texts written out by the students entering the University, we decided starting an interaction with the High School teachers in order to study the problem and seek for issues through the debate and the construction of a project about the reading and writing practice, able to contribute for the establishment of a new frame for that educational reality.

Key-words: Interaction between University and High School, reading

¹Professor do Departamento de Letras da Unisc e coordenador da equipe de avaliação das redações de vestibular. E-mail: elenor@dlet.unisc.br.

²Professor do Departamento de Letras da Unisc e integrante da equipe de avaliação das redações.

and writing practice of texts, textual production for the admittance to the University.

O fraco desempenho dos candidatos na redação do vestibular na Universidade de Santa Cruz do Sul (Unisc) há muito tempo vinha sendo apontado como sintoma de que alguma coisa não ia bem nas aulas de Língua Portuguesa (LP) nas escolas da região. Como grande parte dos professores aí envolvidos é formada pelo curso de Letras da própria universidade, era premente que se estabelecesse um diálogo entre a agência formadora e esses profissionais.

Em 1998, foi dado o primeiro passo. Apresentamos aos professores as mais gritantes dificuldades detectadas nas redações do vestibular. Realizamos encontros em quatro cidades diferentes – Venâncio Aires, Rio Pardo, Sobradinho e Santa Cruz do Sul. Por solicitação dos participantes, acenamos com a possibilidade de continuar o projeto transformando-o em sessões de estudo continuadas ao longo de 1999. Havia um desejo explícito de estudar, debater, aprofundar o conhecimento sobre a LP, a metodologia de trabalho e principalmente encontrar alternativas para sanar os graves problemas revelados pela redação do vestibular.

Considerando que já existia um projeto amplo de pesquisa e extensão em desenvolvimento – *Formação do professor na ação: leitura e produção de textos*, voltado ao ensino fundamental, achamos pertinente agregar a presente proposta ao que já vinha sendo realizado, até mesmo para se ter uma visão horizontal de todo o processo de ensino da LP nas escolas de 1º e 2º graus da área abarcada por este trabalho.

O propósito, acima de tudo, era permanecer em contato com os professores de 2º grau para conhecer as principais dificuldades que estavam enfrentando e discutir com eles alternativas de solução.

Para desenvolver o projeto estabelecemos os seguintes objetivos:

1. Levar às escolas da região as principais discussões e relevantes estudos que vêm acontecendo dentro da Universidade na área da leitura e produção de textos, com o intuito de instrumentalizar os professores para uma ação mais segura e eficiente junto aos alunos de 2º grau.
2. Como universidade, buscar junto às escolas e professores de 2º grau informações sobre a realidade do que vem acontecendo no ensino de Língua Portuguesa, para qualificar os acadêmicos de Letras, tendo em vista a sua futura ação profissional.
3. Marcar presença, como universidade de espírito comunitário e regional, junto a um dos setores fundamentais para o desenvolvimento regional: as escolas de 2º grau.

Como se pode observar, a nossa proposta tinha intenção de entender a realidade para poder agir sobre os problemas, a começar pela formação dos próprios alunos do curso de Letras, futuros professores. a operar sobre essa situação.

ENTENDENDO A HISTÓRIA

Como o vestibular foi o instrumento de revelação do problema e como não dá para desvincular o ensino de 2º grau com o acesso à universidade, houvemos por bem situar os professores sobre a história das formas de ingresso do aluno no ensino superior. Para tanto, valemo-nos do Parecer do Conselho Nacional de Educação - "O problema do ingresso nas Instituições de Ensino Superior" -, emitido pelo conselheiro Carlos Alberto Serpa de Oliveira, expedido em 14 de agosto de 1997 e cuja síntese incluímos a seguir.

O Concurso Vestibular, como processo de seleção, foi instituído em 1911. Até então havia um certo equilíbrio entre procura e oferta, mesmo esta sendo restrita. Mas a explosão demográfica e o crescimento do ensino de 2º grau exerceram forte pressão sobre a universidade, exigindo vagas. Disso decorreu a seguinte questão: a expansão indiscriminada do ensino superior não estaria contribuindo para o aumento da quantidade em detrimento da qualidade? Na tentativa de encontrar saídas, o vestibular sofreu frequentes alterações entre 1911 e 1971, sempre procurando cumprir seu papel, qual seja, o de regular a distribuição de vagas no 3º grau.

Do século XX em diante, as profissões ilustradas com formação acadêmica passaram a ter prestígio crescente, mormente as de cunho liberal. Antes, não era necessário ter passado pela universidade para alcançar renome ou estabilidade profissional. O novo quadro, sustentado sobre a exigência de ter formação superior, fez com que o vestibular ultrapassasse a simples dimensão de regulador de vagas. Requerendo profissionais de qualidade cada vez melhor, o ensino começou a pressionar o 2º grau, que se viu obrigado a responder cada vez mais às exigências específicas do 3º grau.

Como se vê, uma forte relação recíproca entre 3º e 2º graus estava criada. Dá para deduzir também que as elites, cujos filhos sempre puderam frequentar as melhores escolas e estudar sem paralelamente trabalhar, saíram favorecidas.

Três foram as funções atribuídas ao vestibular.

A primeira delas é que influenciasse a melhoria do ensino secundário, o que teve reflexos muito negativos. Com o intuito de manter a qualidade de seus cursos, a universidade acabou propondo questões tão difíceis, até mesmo sobre

matéria que o aluno nunca vira, que poucos logravam êxito. Em consequência, as escolas, antes bastante preocupadas em formar cidadãos para a vida, perceberam que, para não sucumbir, teriam que abrir mão dessa missão pedagógica. Ou, então, admitir o surgimento de intermediário capaz de suprir parte dos conteúdos que elas não conseguiam ensinar em função de terem optado por uma educação mais abrangente. Entram em cena os cursinhos, que assumiram esse papel suplementador do ensino que na escola até então não recebia a prioridade fundamental ou única. A escola passou a viver um dilema: ou continuaria preocupada com uma educação integral e para isso direcionando seus propósitos maiores, ou adstraria seus alunos para obterem êxito no exame de seleção ao ensino superior. Essas decisões, evidentemente, afetaram também a família. A opção pela escola dos filhos passou a levar em conta outros fatores, além da considerada boa educação pela qual o pai ou mãe haviam passado na "sua" escola.

A segunda função do vestibular decorre de uma nova situação, dessa vez inversa à primeira. Em vez de dificultar o acesso à universidade, as provas de seleção deveriam facilitá-lo ao máximo. Isso é decorrência da proliferação das escolas de ensino superior, principalmente a partir de 1960. O governo, pressionado, proibiu a "sobra de vagas". Em consequência, as provas eram elaboradas e corrigidas com um rigor mínimo e se realizavam vestibulares sucessivos, até que se preenchessem todas as vagas. Dessa forma, candidatos há pouco considerados inaptos eram admitidos nas universidades ou faculdades. É claro que mediante pagamento de renovadas taxas de inscrição. Disso tudo decorreu um sério problema: muitas universidades não estavam preparadas para receber esses excedentes. Aumentou o número de alunos, mas as salas, os laboratórios, os equipamentos, os professores ficaram os mesmos, atingindo-se em cheio o princípio da qualificação. Se no primeiro caso a reprovação era intencional, agora aconteceu justamente o inverso.

Segue-se, então, uma terceira função. No início da década de 1970, foi criada a Comissão Nacional de Vestibular Unificado, com o objetivo de organizar, moralizar e tecnicar a sistemática de acesso ao ensino superior no país e corrigir as distorções apontadas acima. Algumas medidas foram tomadas:

1. os vestibulares das instituições deveriam ser realizados na mesma data e na mesma hora (para coibir as migrações interestaduais);
2. o aproveitamento dos candidatos deveria ser até o limite estabelecido em edital;
3. a Comissão de Encargos Educacionais do Conselho Federal de Educação passou a regular o estabelecimento das taxas de inscrição, para acabar com abusos que aí se verificavam;
4. as provas do Concurso Vestibular deveriam levar em conta os conteúdos das disciplinas obrigatórias da escola de 2º grau e apresentar questões

possíveis de serem resolvidas pelos candidatos, sem a necessidade de cursinhos. A intenção era aumentar as possibilidades de acesso aos mais capazes, independentemente de sua condição sócio-econômica. Estava sob a responsabilidade das escolas de 1º e 2º graus gerar a qualidade pretendida.

Em 1977, foram introduzidas duas modificações: retornava a exigência de um nível mínimo para o ingresso no 3º grau e incluía-se a prova ou questão de redação. A universidade constata que alguma coisa não ia bem e mandava um alerta.

Passados mais de vinte anos, o quadro permanece praticamente inalterado. Os alunos, na sua grande maioria, não respondem bem ao que a universidade lhes pergunta, o que se torna patente através das médias baixas das provas em todas as áreas e na própria prova de redação. Parece ficar evidente que a universidade vem reproando sucessivamente o ensino de 2º grau, embora ela mesma, em geral, não conheça essa realidade, permanecendo a distância e pouco dialogando com as escolas. Muitas provas, inclusive, são elaboradas por professores que estão distantes de conhecer as realidades díspares e, muitas vezes, precárias dessas instituições. A inclusão da redação não trouxe os resultados esperados e, ao mesmo tempo, permite um diagnóstico que sinaliza para um ensino deficitário. A queixa unânime, de norte a sul do país, revela principalmente isto: os alunos não estão aprendendo a ler e a escrever na escola.

Ainda buscando pressionar a melhoria do ensino no 2º grau, em 1980 foram introduzidas obrigatoriamente no vestibular questões discursivas ou de respostas livres. Houve até universidades que optaram por provas inteiramente nesse estilo, abandonando aquelas chamadas objetivas. Os resultados obtidos também não corresponderam ao esperado.

Na segunda metade da década de 1980, as universidades foram conquistando uma certa autonomia para estabelecer seus processos seletivos, sem abolir o vestibular. Em 1985, a Fundação Cesgranrio propôs o SAPIENS - Sistema de Avaliação Progressiva para o Ingresso ao Ensino Superior. O MEC o aprovou como sistema experimental a ser executado no Estado do Rio de Janeiro. O SAPIENS se constituía de seis avaliações progressivas durante os três anos do 2º grau, valorizando o aprendizado do aluno no próprio processo. Em 1991, o MEC autorizou a Cesgranrio a implantar o sistema, apontando-o como experiência nova, digna de apoio.

Entre os pressupostos do SAPIENS estão a valorização da avaliação continuada, o respeito à liberdade das escolas de 2º grau, a realização de uma avaliação externa, entre outros. A novidade maior está na substituição de uma prova única, episódica, por um processo continuado que, inclusive, não avalia apenas o conhecimento, mas também as habilidades visando a conhecer as

potencialidades do candidato para a profissão que deseja alcançar. Percebendo a importância de ir além do ensino apenas de conteúdos das disciplinas, a Fundação Cesgranrio criou o Instituto Cultural Cesgranrio, com o propósito de estender às escolas recursos para ampliar a ambiência cultural, abrindo caminhos para a leitura, as artes, as ciências, a política, etc.

Em 1995, ano em que a Universidade Federal de Santa Maria implantou o PEIES – Programa de Ingresso ao Ensino Superior -, o SAPIENS colocava na universidade os primeiros alunos que passaram por esse processo de seleção.

Em palestra proferida no II Encontro Estadual sobre Redação no Vestibular, realizado no 27 de agosto de 1996, em Santa Cruz do Sul, o professor Luís Augusto Fischer abordou o tema redação também sob um enfoque histórico. Fez um apanhado que julgamos interessante relembrar.

A primeira fase situou-se antes de 1969, quando o vestibular apresentava a característica básica de classificar, e não de selecionar, uma vez que o número de candidatos era praticamente absorvido pela universidade. O vestibular não era unificado e cada unidade ou curso fazia as suas provas de habilitação com o intuito de estabelecer uma certa diferenciação entre os candidatos. A redação, segundo Fischer, aqui vivia seu momento de paráiso, uma vez que, por não ser unificado o vestibular, quem se apresentava tinha que discorrer sobre algum tema relacionado à área desejada. Em consequência, os textos não tinham tanto caráter artificial e artificioso que apresentam hoje. Isso repercutia no 2º grau. Os alunos, sabendo o curso que desejavam, preparavam-se melhor, estudando mais as matérias a ele relacionadas. Era sobre elas que escreviam no colégio. Os alunos, portanto, não se deparavam com surpresa na hora de escrever.

Ao analisar a situação da universidade a partir da década de 60, o professor lembrou a grande transformação social ocorrida no Brasil com a inversão da ordem de população do campo e da cidade. Se em 1950 a população do campo girava em torno dos 70%, em 1970 era a cidade que detinha esse percentual. A urbanização acelerada, o desenvolvimento concentrado e veloz passaram a exigir uma escolarização massiva e também acelerada. Uma massa jamais vista se apresenta para entrar na universidade, ao contrário dos momentos anteriores quando praticamente não havia disputa por vagas. O Ministério da Educação foi posto diante de um dilema: ou manter um alto grau de exigência, tanto em 2º grau quanto na universidade, ou massificar, correndo o risco de baixar o nível. A decisão recaiu sobre a primeira opção. Em 1971, o vestibular se tornou unificado, a redação foi abolida, havia uma prova seletiva inicial para todos os candidatos e se instituiu um curso básico, constituído de dez ou doze disciplinas, dentre as quais o aluno cursava cinco para se qualificar e só então disputar uma vaga ao curso que de fato desejava.

Dentre essas cinco disciplinas, havia uma de redação, que passou a privilegiar a redação técnica. Esta veio substituir um tipo de texto clássico, ao modelo de Rui Barbosa, que presidia a redação até então. O modelo tecnicista que se projetava sobre um Brasil em desenvolvimento lançou também suas sombras sobre a universidade. Esse período se estende de 1970 a 1978.

Em 1978, volta a redação ao vestibular. Relatando a experiência da Ufrgs, Fischer asseverou que a sensação que se tinha é que todos os candidatos estavam escrevendo a mesma coisa. A equipe envolvida chegou à conclusão de que as perguntas estavam mal formuladas e, por isso, os alunos escreviam dessa maneira.

Percebendo o problema, os professores daquela universidade resolveram partir em busca de alguma solução. O objetivo era encontrar uma forma de particularizar a redação, fazendo com que cada uma tivesse característica própria, individual. Para tanto, a primeira tentativa foi feita proporcionando a um grupo escrever sobre o livro de literatura brasileira mais significativo que cada um tivesse lido no 2º grau. Os resultados, se já foram melhores, ainda não foram satisfatórios, posto que 40% dos alunos escreveram sobre o mesmo livro – *O cortiço*.

As tentativas prosseguiram perseguindo alguma forma melhor de personalizar o texto e acabaram chegando a temas relacionados à realidade pessoal do vestibulando. A ênfase do tema deveria recair sobre algo que propiciasse ao sujeito a recuperação de alguma experiência particular que deveria fundamentar a redação. E aí entrou em discussão a própria questão da forma dissertativa. Por que um bom relato não poderia ser uma boa redação?, perguntou Fischer.

Há muita abertura, hoje, para o estabelecimento de formas de acesso. Mesmo assim, pensado por muitos, o problema ainda não tem boa resposta e as formas tradicionais de ingresso ainda têm sido as mais utilizadas. E, como já dissemos, restam sérios questionamentos: a universidade quer saber demais dos candidatos?; a escola vem preparando mal os seus alunos?; a maioria dos alunos não está minimamente interessada nessa questão?; entre outras.

O DIÁLOGO COM OS PROFESSORES DE 2º GRAU

Em março de 1999, realizamos encontro preliminar com professores representantes das escolas de 2º grau da 6ª Delegacia de Educação para planejar participativamente o que fazer durante o ano, dando continuidade ao projeto 1998 sobre leitura e produção de textos no 2º grau.

Na oportunidade, discutimos o relato das atividades desenvolvidas nos

quatro encontros do ano anterior. Posteriormente, planejamos todo o 1999: número e periodicidade dos encontros, horário e possíveis temas, local, etc.

Os participantes apresentaram sugestões que foram desde usar ou não livro didático nas aulas de Língua Portuguesa (LP), como melhorar a relação entre leitura e produção de textos, como preparar o aluno para escrever sobre outros temas que não só sobre os clássicos temas escolares, o que seria realmente o PEIES (Programa de Ingresso ao Ensino Superior), até a necessidade de atualização dos professores de 2º grau sobre esses temas, lendo autores que se ocupam do assunto no momento.

Dado que a totalidade das escolas de 2º grau da 6ª DE está vinculada ao PEIES, o grupo de professores decidiu iniciar pelas "Formas de acesso ao ensino superior", tema discutido em maio/99.

Após uma síntese sobre a história do vestibular no Brasil, enfocada anteriormente neste artigo, refletimos sobre o papel do professor de segundo grau nesse processo e fizemos uma discussão sobre como desenvolver o senso crítico, rumo a uma educação cidadã, mesmo tendo que submeter-se a prestar contas a imposições externas. Quando o debate se estendeu ao PEIES, a participação de todos foi intensa e acalorada.

Uma representante da DE, presente ao encontro, disse não haver outro compromisso do Estado, além do administrativo, em relação a projetos como o PEIES. Reconheceu, porém, que ele tem mídia qualificada, com forte poder persuasivo sobre escolas, professores, pais e alunos, afirmando ainda que as escolas necessitam de ir muito além da avaliação das disciplinas, preocupando-se em fazer uma constante avaliação institucional. "E que se preocupem, acima de tudo, em formar cidadãos preparados para enfrentar a vida", concluiu a representante da DE.

Na verdade, todos os professores presentes demonstraram ter conhecimento das implicações geradas pelo Programa: submete escolas e professores a desenvolverem programa e metodologia com resultados nada significativos; propicia o acesso de poucos candidatos à universidade; por causa de um ou dois, mais alunos são submetidos ao programa; termina com as propostas filosóficas e pedagógicas das escolas; gera um homem competitivo em vez de criar cidadãos solidários, e tantas outras.

Segundo alguns professores, no entanto, há méritos na proposta. "Aluno que se inscreve no PEIES é aluno diferenciado", disse um deles, deixando a entender que é um aluno preocupado e interessado em seu futuro. O professor, mal remunerado e com pouco tempo para preparar suas aulas, as recebe prontas, inclusive com provas e as respectivas chaves de correção.

Todos sabemos, porém, que qualquer proposta de ensino deve conter em

seu bojo uma visão de homem, de sociedade, de mundo que possibilitem ao aluno interagir mais criticamente em seu meio, em busca de uma vida mais digna para todos. Hoje temos, por exemplo, os PCNs, texto gerado dentro do próprio MEC, que traz um discurso atualizado e inovador, autorizando-nos a dizer que o PEIES está em contradição com essa idéia, na medida em que impõe uma proposta de ensino de LP às escolas, aos professores e aos alunos do segundo grau.

Estamos convictos de que todos os envolvidos no processo de ensino devem participar da construção da proposta de ensino da escola, mas, acima de tudo, de que cabe ao professor, especialista em sua área, liderar o processo de sua construção, não aceitando projetos impostos por outros que não façam parte da sua comunidade escolar.

Com base nessas discussões e buscando alternativas, os mais de trinta professores presentes programaram a leitura de três livros para o encontro seguinte: *Curso de redação*, de Antônio Suárez de Abreu, *Portos de passagem*, de João Wanderley Geraldi e *Oficina de leitura*, de Angela Kleiman.

BUSCANDO UMA PROPOSTA

O encontro ocorreu em julho de 99, quando essas obras foram discutidas, sendo delas pinçadas as principais idéias que, em tese, poderiam contribuir para a (re)construção de propostas de leitura e produção de textos.

Curso de redação é valioso por trazer discussões sobre redação embasadas em teorias linguísticas atualizadas. O autor divide o livro em três partes: na primeira, não só discute com os leitores noções principais sobre discurso, textos, enunciação e textualidade, como também exemplifica como trabalhar coesão, coerência, operadores argumentativos, recursos expressivos e de modalização dos textos. Trabalha primordialmente a macroestrutura dos textos argumentativo e narrativo, ambos importantes para alunos que pretendem prestar vestibular e ingressar na universidade.

Na segunda parte, enfoca mais a questão da composição dos textos argumentativo e narrativo, inclusive trazendo uma boa discussão sobre "metáforas de esfriamento" do texto jornalístico, as questões da polifonia, da intertextualidade, chegando até a estruturação dos textos em parágrafos. Acrescente-se ainda que, nessas duas partes, Suárez sugere também atividades práticas que podem ser trabalhadas em aulas de leitura e produção de textos no 2º grau.

Por último, o apêndice é destinado a questões mais normativas: acentuação, crase, pontuação, concordância, regência, colocação de pronomes, etc.

Enfim, nas palavras do autor: "É um livro básico para estudantes universitários de qualquer área, como para aqueles que vão prestar prova de redação em exames vestibulares" (1996, p.5), já que está vinculado às novas correntes da lingüística textual e da pragmática.

Já em *Portos de passagem*, Geraldi traz toda uma fundamentação teórica sobre leitura, produção e análise de textos alicerçada na Análise do Discurso e/ou na Pragmática, tecendo inúmeras observações sobre essas três práticas no ensino de Língua Portuguesa.

No que diz respeito à produção de textos (nosso tema está mais centrado na redação do vestibular), o autor destaca, como condições necessárias para que alguém produza um texto, as seguintes:

1. *ter o que dizer*;
2. *ter pelo menos uma razão para dizer o que tem a dizer*;
3. *saber para quem destinará o texto*;
4. *constituir-se no sujeito que realizará a ação de escrever para o destinatário por ele escolhido*;
5. *dominar as diferentes estratégias de escrever os diferentes tipos de textos.* (Geraldi, 1991, p.137).

Todos somos sabedores de que a redação nos vestibulares é problemática, dado que não propicia realmente um momento de produção de texto para ser lido por outro sujeito. É uma situação totalmente falaciosa em termos de uso efetivo da linguagem. Serve apenas para peneirar os "melhores" que frequentarão determinado curso superior.

Os temas que são propostos pelos elaboradores de provas de vestibulares são, indiscutivelmente, desconhecidos dos vestibulandos. Isto faz com que não tenham o que dizer. Além disso, raramente o vestibulando, ao fazer a "redação" no vestibular, sabe quem serão seus leitores, como será avaliado. E, pior ainda, não será ele quem escolherá seus leitores.

Por seu turno, no ensino médio, raramente o professor lê o texto do aluno porque, de fato, deseja dele ser interlocutor, por acreditar que o processo interativo promove o avanço das reflexões sobre os fenômenos lingüísticos, dificuldades ortográficas e de organização do texto; lê para atribuir uma nota mais pelo critério de descontar pontos pelos erros contidos; enfim, lê para cumprir uma tarefa escolar.

Apesar de Geraldi não discutir, neste livro, especificamente a questão da redação no vestibular, seu texto é leitura esclarecedora sobre questões da leitura e da produção de textos e, com certeza, contribui em muito para, de um lado, os autores de provas de vestibular repensarem a elaboração de temas de redação e também a sua avaliação; por outro, os professores do ensino médio também

poderem melhorar a qualidade de suas aulas, preparando melhor os vestibulandos.

Kleiman discute com profundidade a velha mas sempre atual polêmica questão do processo de leitura como uma rede de relações, que envolve o mesmo saber, novos valores, novas crenças, novas atitudes, enfim, aquilo que ela denomina de conhecimento prévio. A autora lembra que há uma formação precária de um grande número de profissionais da escrita que não são leitores, mas que têm que ensinar a ler e a gostar de ler. "Para formar leitores temos que ter paixão pela leitura" (1993, p.45). Discute as concepções e práticas usuais da leitura na escola, quase todas elas esquecendo a interação, base para qualquer sucesso nessa área.

A necessidade da (re)ativação do conhecimento prévio do leitor no processo de leitura é aprofundado por ela teoricamente e através de inúmeras exemplificações. Entende como conhecimento prévio o domínio lingüístico, o domínio de estruturas textuais, de esquemas sociais e, fundamentalmente, o conhecimento de mundo.

APERFEIÇOAMENTO CONSTANTE

Por solicitação dos professores participantes, no encontro seguinte (setembro de 1999) discutimos questões relativas à universidade do próximo milênio, objetivando pensar os rumos da nossa educação para o futuro; depois foram tecidas algumas considerações sobre o vestibular de inverno da Unisc/99 e, por último, foram enfocados outros tipos de textos que não o dissertativo, que podem ser trabalhados no segundo grau.

Para algumas reflexões sobre a universidade do futuro, valemo-nos de considerações do professor Mozart Neves Ramos, reitor da Universidade Federal de Pernambuco, em conferência proferida na Unisc em 16 de agosto de 1999. Segundo o professor, para pensar o futuro, é indispensável voltar os olhos ao passado. Por isso, é importante se aperceber de três grandes revoluções para compreender o mundo presente: a revolução da máquina a vapor, quando a sociedade mercantil deu lugar à sociedade industrial; a revolução da eletricidade, na esteira da qual veio o automóvel, vieram as produções em série; a revolução da informática, que lida com tecnologias especiais, com a comunicação. Para Ramos, o século XXI será marcado pelas tecnologias que gerem e disponibilizem informação.

Ramos chamou a atenção para o fato de o professor de hoje ser oriundo da segunda geração e estar trabalhando com alunos da terceira. Considerou haver aí um impasse: o professor acha que está dando boas aulas, mas o que

pensam os alunos? "Será que eles estão a fim de ouvir o nosso discurso"? disse. Conforme dados que apresentou, hoje, de 33 milhões de crianças que entram na 1ª série, no Brasil, apenas um milhão e trezentas chegam à universidade. Mas, daqui a cinco anos, esse número deverá subir para 5 milhões e daqui a dez anos, para 7 milhões. Com menos recursos, com a competição incentivada, com prioridade para áreas como da ciência, tecnologia, biotecnologia, a universidade será desafiada a buscar sua auto-sustentação, devendo sobreviver com o saber que produz.

Devido ao grande crescimento do ensino superior, necessitamos de uma educação permanente, ou seja, um diploma de graduação não é mais garantia de espaço no mercado de trabalho e, além disso, o conhecimento modifica-se tão rapidamente, que nada é definitivo, tudo é provisório. Os currículos deverão ser desinchados, a interdisciplinaridade, a multidisciplinaridade e a transdisciplinaridade terão grande ênfase. A universidade se verá frente a um grande desafio: formar não só professores qualificados, pesquisadores, mas profissionais com valores éticos e morais, capazes de melhorar a sociedade em que vivemos. Precisamos hoje de professores com coragem de reaprender sempre.

Com relação à última correção de redações no vestibular da Unisc, mais uma vez ficou comprovada a desconexão do ensino de LP no 2º grau com a produção de textos. Os alunos têm inúmeras dificuldades até na elaboração do título de suas redações. Continuam tendo problemas quanto a ter o que dizer, organizar as idéias no texto, montar parágrafos, seguir as normas mais elementares em relação a grafia, acentuação, construção de frases, concordância, regência, enfim, os problemas se repetem de vestibular para vestibular.

Verifica-se a necessidade de o aluno do 2º grau ser preparado para pesquisar, aprendendo a resumir, parafrasear, resenhar, ensaiar-se em textos, para que melhore sua competência não só na redação do vestibular, mas nas relações sociais, tanto falando como escrevendo. As informações (ter o que dizer) são retiradas principalmente de leituras e discussões, mas essas leituras precisam ser feitas de forma que os alunos realmente delas se apossem, para retrabalhá-las no momento em que delas necessitarem (no caso, redigir um texto dissertativo, com valor para levá-lo a frequentar um curso superior).

Nesse sentido, nós trabalhamos outros tipos de textos que possibilitam a reelaboração e armazenagem de informações, quais sejam: resumos, resenhas, paráfrases, paródias, enfim, os professores perceberam que não basta no ensino médio insistir em treinar o texto dissertativo para o vestibular. É necessário realmente ler e produzir inúmeros e variados tipos de textos, para que haja produção do conhecimento e os futuros vestibulandos tenham o que dizer e saibam como fazer isso.

A PRÁTICA

No último encontro (novembro de 1999), apresentamos aos professores as principais discussões ocorridas no V Encontro Estadual sobre Redação no Vestibular, realizado na UFSM. Posteriormente, analisamos os critérios de avaliação de redação utilizados pela equipe corretora da Unisc, bem como a consequente atribuição de notas. É com essa questão que queremos nos ocupar ao final deste artigo. Publicamos os nossos critérios e fazemos um rápido comentário sobre avaliação.

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Notas de zero a dez	Conteúdo, organização do texto e desempenho lingüístico
10,00	Excelente abordagem do tema e excelente desempenho lingüístico
9,00	Muito boa abordagem do tema e muito bom desempenho lingüístico
8,00	Muito boa abordagem do tema e bom desempenho lingüístico
7,00	Boa abordagem do tema e bom desempenho lingüístico
6,50	Boa abordagem do tema e regular desempenho lingüístico
6,00	Boa abordagem do tema e fraco desempenho lingüístico
5,50	Regular abordagem do tema e bom desempenho lingüístico
5,00	Regular abordagem do tema e regular desempenho lingüístico
4,00	Regular abordagem do tema e fraco desempenho lingüístico ou Fraca abordagem do tema e bom desempenho lingüístico
3,00	Fraca abordagem do tema e regular desempenho lingüístico
2,00	Fraca abordagem do tema e fraco desempenho lingüístico
1,00	Abordagem vaga e insuficiente do tema independentemente do grau de desempenho lingüístico
ZERO	Fuga ao tema ou péssimo desempenho lingüístico

A) **Tema:** Enfoque sob determinado ponto de vista. Trata-se de uma abordagem específica do assunto e não de mera abordagem genérica.

Na prova, o TEMA é apresentado claramente ao candidato a quem cabe observar com atenção o que DE FATO está sendo solicitado.

B) **Desempenho lingüístico:** Utilização adequada da língua em nível padrão, com o propósito de comunicar com clareza, coerência e organização as

idéias do texto, observando ASPECTOS FORMAIS (C). É importante, para tanto, observar

a) ESTRUTURA EXTERNA da redação, em que fiquem claros a introdução, o desenvolvimento e a conclusão.

b) ESTRUTURA INTERNA da redação, em que a abordagem do TEMA seja fiel à proposta dada e fundamentada no assunto sugerido.

Para tanto, é preciso que haja estruturação e relacionamento das idéias, com argumentação e progresso, sem esquecer a adequação vocabular e sintática aliadas à correta pontuação de frases e períodos.

C) Aspectos formais: Utilização adequada de todas as convenções ortográficas (acentuação hífen, aspas, travessão, separação silábica, maiúscula/minúscula, parênteses, trema, margens, título e grafia legível), além de letra adequada ao preenchimento de 20 a 30 linhas.

EXAMINANDO SITUAÇÕES CONCRETAS

No vestibular de verão de 1998, a Unisc ofereceu três temas aos candidatos, dos quais passamos a apresentar o primeiro e o terceiro.

Tema 1 – A morte trágica da Princesa Daiana, ocorrida em agosto de 1997, fez recrudescer uma velha polémica de ordem ética: o direito ou não-direito à privacidade das pessoas ricas e famosas em contraste com o direito ou o não-direito da mídia de ir ao encalço da notícia ou da fotografia chocante, escandalosa, ou apenas curiosa não apenas com o intuito de informar, mas também de lucrar, e muito.

DESENVOLVA UMA DISSERTAÇÃO, FOCALIZANDO O PROBLEMA DO SEU PONTO DE VISTA.

Tema 3 – “SUÍÇA VAI DISTRIBUIR DROGAS SOB CONTROLE”:
Genebra – A política governamental de distribuição de heroína a dependentes sob controle médico foi aprovada pelos suíços, por ampla maioria no referendo de ontem, segundo as primeiras projeções da TV suíça francófona. As primeiras projeções dão 70% à proposta governamental e 30% à iniciativa “Juventude sem Drogas”, que pede o fim da distribuição da heroína, política praticada desde 1993 para facilitar a reinserção dos dependentes mais afetados e frear a Aids. Este grupo quer que as autoridades endureçam sua política, combinando prevenção, repressão, tratamento e reinserção dos viciados. Os partidários da “Juventude sem Drogas” afirmam que a distribuição de drogas é um assassinato legal e que não se combate o mal com o mal. (CORREIO DO POVO – 29.9.97)

ESTARIA O GOVERNO SUÍÇO NO CAMINHO ACERTADO OU, PELO CONTRÁRIO, O MOVIMENTO “JUVENTUDE SEM DROGAS” É QUE ESTARIA CERTO? ESCREVA A SUA DISSERTAÇÃO, TENDO EM VISTA OS DOIS ASPECTOS QUE O TEXTO APRESENTA.

A pretexto de amostra, vejamos três textos escritos seguindo as temáticas propostas.

Texto um:

Uma mulher especial

A triste morte da princesa Daiana, com certeza chocou a todos, pois o mundo perdeu uma mulher corajosa, humana e solidária, mas também sofredora.

Daina, era uma mulher que lutava pelos seus direitos, uma pessoa que não via limites na hora de ajudar as pessoas carentes. Ela muitas vezes, levava alegria aos pobres e corajem para as mulheres (mães) carentes, que freqüentemente visitava.

Esta mulher além de corajosa, também tinha outro ponto forte, o humanismo e a solidariedade. Na maioria das vezes que aparecia nas manchetes de TV e matérias de jornais, ela tinha perto de si crianças carentes, famílias pobres, pessoas precisando de uma palavra de conforto, crianças precisando de um olhar amigo ou um colo querido.

Mas esta mulher corajosa e solidaria, carregava junto de si, um vazio, uma tristeza, alguma coisa que à machucava o coração, algo que as vezes lhe deixava com o olhar triste.

Esta foi a vida da princesa Daiana, uma vida onde na maioria do tempo visitava sociedades carentes, levava um pouco de felicidade para os que só viam tristeza. Esta sim, foi uma mulher exemplo, um exemplo de luta, de corajem e principalmente de solidariedade e amor, onde doava seu tempo aos pobres, onde deixava um pouco de paz e muito de sabedoria aos que ficavam.

Com base na nossa tabela de critérios, examinemos o texto. É preciso dizer, antes de mais nada, que está relativamente bem estruturado, apesar de muito pouco dissertativo. Há um bom desempenho lingüístico, pois as idéias do texto estão comunicadas com clareza, coerência e organização. Está bem observada uma estrutura externa, com boa introdução, bom desenvolvimento e boa conclusão. Quanto à estrutura interna, também, o tema vai progredindo

adequadamente. Há problemas de pontuação (não faltando a tradicional vírgula entre sujeito e verbo), de regência (penúltimo parágrafo), no último parágrafo acontece uma súbita invasão do *onde* (que pelo uso desconhecido tem trazido tantos danos às redações!). Há palavras mal acentuadas (até palavras comuns como *materias* e *famílias*), a letra no texto estava bem legível, o texto cumpriu a exigência das vinte linhas manuscritas, enfim, está uma redação mais ou menos bem apresentada.

A exemplo de todas as redações do vestibular da Unisc, também esta foi lida por dois professores e ambos lhe atribuíram a nota zero. O candidato ou a candidata se afastou do tema proposto. Em nenhum momento entrou no problema central sugerido: os limites éticos da mídia quando se trata da invasão da privacidade de pessoas famosas ou bem sucedidas. A redação ficou restrita a apresentar a biografia da Princesa Diana, caracterizando-se assim uma fuga ao tema. É um típico caso de alguém que saiu da sala com o sentimento de ter feito um bom texto e levado depois a decepção da nota. E, pior do que isso: revela uma pessoa com boa habilidade para escrever, mas que se perdeu na má apreensão do tema.

Texto dois:

Juventude sem Drogas

As drogas cada vez mais estão sendo introduzidas em nossa sociedade, e causam grande polêmica quanto à sua liberação ou não. Na Suíça, foi liberada a distribuição de heroína a dependentes, sob controle médico, mas esta decisão sofreu e ainda sofre críticas da iniciativa "Juventude sem Drogas".

É preciso que exista uma política que concientize as pessoas de que as drogas não levam (ana), ou seja, a nada, só prejudicam, uma política que ajude as pessoas já viciadas a saírem desse vício, e não a política da Suíça que insentiva os viciados a continuarem no vício.

Mas não só drogas como a heroína e similares devem ser proibidas, o fumo e o álcool também, pois apesar de não provocarem um mal tão grande ao organismo humano, também afetam e da pior maneira possível, bem lentamente de modo que não se sinta logo seus efeitos, só com uma idade mais avançada.

As drogas podem ser eliminadas é só preciso usa a inteligência, atacando o mal pela raiz, e não deixar (d), ou seja, que o problema se alastre para depois tomar atitudes precipitadas como fez o governo da Suíça.

Lido o texto, logo se percebe que não se trata de um primor na arte de escrever. A nota atribuída foi cinco, embora os dois avaliadores tivessem discordado em dois pontos na primeira avaliação, um atribuindo seis e outro, quatro. A proposta do tema foi respeitada, mas a abordagem de fato não passa de regular. Não há nenhum investimento em algo diferente ou de novo naquilo que é escrito.

Quanto ao desempenho lingüístico, pode-se admitir que a estrutura externa com introdução, desenvolvimento e conclusão está observada. Os aspectos formais é que apresentam diversos problemas, como pontuação, ortografia, concordância, acentuação, que no conjunto representam uma boa quantidade de erros. É um texto de médio para baixo, mesmo assim teve nota cinco, o que demonstra, de certa forma, que a atribuição de nota não é tão rigorosa quanto muitas vezes se possa imaginar.

Texto três:

Invasão da Privacidade

A notícia da morte da Princesa Diana, ocorrida em agosto de 1997, chocou o mundo. De repente, a protagonista daquelas manchetes, que chegavam quase que diariamente aos lares nos quatro cantos do mundo, havia morrido. Causa da morte? Acidente de trânsito. Tudo seria praticamente aceitável, não fossem as circunstâncias em que tal fato ocorreu.

Diana, ao começar a fazer parte da tão conhecida Família Real Inglesa, teve que abrir mão de um aspecto importante na vida de qualquer um: a privacidade. Acontece porém que, no caso da Princesa, a invasão da vida pessoal chegou a limites extremos. O que levou as pessoas do mundo todo, principalmente após o ocorrido, a se questionarem a respeito das razões que estão por trás do sensacionalismo jornalístico.

O que se sabe é que existe um jogo de interesses envolvendo os escândalos da vida privada de pessoas importantes e o público consumidor. Por trás disto estão as empresas que têm como um dos seus objetos de trabalho a privacidade dos famosos. A mídia alimentou durante anos essa relação viciosa entre o fã e o seu ídolo. Isso dá lucro, então estabeleceu-se uma necessidade de consumo. As pessoas em geral se projetam na vida de seus ídolos, querendo saber a cada dia detalhes inéditos dessas pessoas. É assim que essas empresas se mantêm.

Porém, aos poucos, acredita-se que os indivíduos que, por influência da mídia, aprenderam a idolatrar as pessoas erradas, começarão a voltar os olhos para a sua realidade, procurando construir as suas vidas. Diariamente num espetáculo particular, valorizando as pessoas que os

cercam.

Esse texto está bem escrito, além de, na sua versão manuscrita, ter-se apresentado com uma letra agradável de ler. A nota final foi oito e meio, decorrente de um nove e de um oito. Foi classificada, portanto, próxima de "muito boa abordagem do tema e muito bom desempenho lingüístico". E de fato é, porque apresenta quase todas as características de uma boa dissertação. É visível a segurança, a autoridade, o conhecimento de quem o escreveu. Bem estruturada, bem pontuada, é fiel ao tema proposto e os argumentos são progressivos.

Acreditamos que a pontuação final não tenha sido superior por causa da conclusão, que desfoca um pouco o tema central desenvolvido desde o início. A conclusão deveria se encaminhar para a questão da ética na imprensa, e não para o comportamento das pessoas face ao problema apresentado. Tivesse tido esse fechamento, certamente teria beirado a nota máxima.

CONCLUSÃO

Tínhamos estabelecido que o projeto deveria ser avaliado levando em consideração o cumprimento das ações previstas, o nível de interesse e participação dos professores de 2º grau, manifestado através do comparecimento e da execução das tarefas que deveriam ser estabelecidas de encontro a encontro, o próprio interesse das escolas em viabilizar a vinda dos seus professores, além do cumprimento dos horários dos encontros.

Encerrado o trabalho, fizemos dele uma avaliação conjunta, cujos resultados mais expressivos apontamos. Considerando o objetivo em vista, os professores presentes ao encontro final deram como muito positiva a iniciativa, ressaltando a importância para eles desse contato com a universidade. É uma forma, segundo avaliaram, de saber se os caminhos que estão percorrendo estão corretos, por isso expressaram seu desejo de que os encontros continuassem.

No entanto, à medida que progredíamos em busca de uma proposta de trabalho com LP no 2º grau, constatamos um certo desinteresse de alguns professores em continuar a discussão. Como isso exigiria muito trabalho, atualização constante, enfim, a construção de uma proposta em cada escola, supomos que a opção por uma proposta já construída, ainda que exógena, era para eles, neste momento, mais conveniente.

De qualquer forma, o que trabalhamos certamente contribuiu muito para o desempenho dos professores na sala de aula. No desejo deles, os encontros deveriam continuar no ano de 2000, para o que sugeriram que se aproveitassem

as seguintes indicações: fazer relatos de experiências; realizar produção de textos; realizar os encontros em dias diferentes; fazer um encontro em março de 2000, para traçar as metas para o ano; trazer textos, analisá-los para compreender o processo de produção; trabalhar em cima do que se pode fazer com os problemas dos textos produzidos. Sugeriu-se, ainda, que os encontros fossem sistematizados em forma de curso de extensão.

Na verdade, o tempo foi curto para discutir com maior profundidade velhas mas sempre atuais e polêmicas questões como:

1. avaliação precisa ser vista no interior de propostas de ensino de LP, e não só como produto para valer nota;
2. para que o professor vai ler os textos dos alunos?, para dar nota?, para sinalizar erros?, para realmente analisá-los e levar o aluno a autocorrigir-se?, para de fato constituir-se interlocutor do aluno?;
3. interferir ou não no processo de produção de textos do aluno, exigindo uma correção textual mais rigorosa ou menos rigorosa?, o que realmente é mais significativo para que haja produção de textos na escola?;
4. em caso afirmativo, como realizar interferências no processo de produção de textos do aluno?;
5. como levar o aluno a resolver os principais problemas que enfrenta na produção de textos?

Certamente essas questões estão preocupando a todos nós, professores universitários, secundários, alunos e a sociedade em geral. Há que se pensar formas para, se não resolvê-las, pelo menos conviver com elas de uma forma mais agradável e que propicie mudanças na realidade (redação no vestibular) tão pouco satisfatória até agora.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, Antônio Suárez. *Curso de redação*. 5. ed. São Paulo: Ática, 1996.
- FARACO, Carlos Alberto, TEZZA, Cristóvão. *Prática de texto: língua portuguesa para nossos estudantes*. Petrópolis: Vozes, 1992.
- FISCHER, Luís Augusto. *A redação no vestibular*. Santa Cruz do Sul, Unisc, 27 de setembro de 1996. Palestra ministrada aos participantes do II Encontro Estadual sobre Redação no Vestibular.
- GARCIA, Othon. *Comunicação em prosa moderna*. 9. ed. revista e atualizada. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1981.

- GERALDI, João Wanderly. *Portos de passagem*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.
- _____. *O texto na sala de aula: leitura e produção*. 7. ed. Cascavel: Assoeste, 1991.
- _____. *Linguagem e ensino: exercícios de militância e divulgação*. Campinas: Mercado Letras, 1998.
- KLEIMAN, Ângela. *Oficina de leitura: teoria e prática*. Campinas: Pontes, 1993.
- KOCH, Ingedore Villaça. *A coesão textual*. São Paulo: Contexto, 1989.
- _____. *Argumentação e linguagem*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1987.
- _____. *A interação pela linguagem: linguagem e sociedade, a construção interativa dos sentidos no texto, estratégias dos jogos de linguagem*. São Paulo: Contexto, 1992. (Série Repensando a Língua Portuguesa).
- _____, TRAVAGLIA, Luiz Carlos. *A coerência textual*. São Paulo: Contexto, 1990.
- MEDEIROS, João Bosco. *Redação técnica: a prática de fichamentos, resumos, resenhas*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1997.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental*. Versão para discussão preliminar. Brasília, out. 1997.
- _____. Conselho Nacional de Educação. Parecer relatado pelo conselheiro Carlos Alberto Serpa, em 14 de agosto de 1997. Dispõe sobre o problema do ingresso nas Instituições de Ensino Superior.
- SCHNEIDER, Elenor J., VICENTINI, Olívio Lopes. *Relatório sobre as redações do vestibular de verão de 1998 da Unisc*. Relatório de pesquisa, Departamento de Letras e Comunicação Social, Universidade de Santa Cruz do Sul, 1998.
- VANOYE, Francis. *Usos da linguagem: problemas e técnicas na produção oral e escrita*. Trad. e adapt. Clarisse Madureira Sabóia et al. 11. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.